

**A INSTITUIÇÃO DA LITERATURA:
HORIZONTE TEÓRICO E FILOSÓFICO
DA CULTURA LITERÁRIA NO LIMIAR
DA MODERNIDADE**

JORGE BASTOS DA SILVA

Porto, Universidade do Porto

Editorial, 2010

237 páginas, ISBN 978-989-8265-37-1

Imaginemos, por momentos, um país em que houvesse realmente vontade de se discutir literatura e em que a produção de trabalhos académicos de qualidade não tivesse ainda sido engolida por uma lógica industrial à la Chaplin (obviamente, o do célebre – e ironicamente chamado – *Tempos Modernos*). Imaginemos, do mesmo modo, uma academia em que, mais do que fetichistas literários, houvesse pessoas – sobretudo na parte de baixo do estrado – que se decidissem a exercer formas de honestidade intelectual em detrimento da glória efémera de uma fugaz produção em série. E, por fim, imaginemos que as pessoas desse país haviam já ultrapassado o drama empobrecedor de uma década de consumo compulsivo de romances históricos e de uma literatura obesa de lugares-comuns. Neste lugar imaginário, *A Instituição da Literatura*, de Jorge Bastos da Silva, talvez tivesse o reconhecimento que merece.

É sabido que a literatura opera, sobretudo na sala de aula e nos seus estudos avançados, em grande medida sobre um conjunto, mais ou menos delimitado, de noções, conceitos e

macro-definições que constituem o seu escopo. No mesmo sentido, é razoavelmente consensual que determinados conceitos, que pela sua perenidade e recorrência reclamam um posicionamento central, possuem um lastro histórico também ele mais ou menos delimitado. Sobre conceitos e histórias de conceitos constroem-se, normalmente, muitas das opiniões tópicas comuns que conferem substrato teórico às discussões tidas por grupos de irreduzíveis literatos – em sítios como universidades ou (menos) jornais e revistas. Uma ideia comum, construída justamente sob este tipo de premissas, é a de que os poetas do período Romântico foram especialmente importantes na legislação do gosto e, inerentemente, do conceito de literatura. Outra ideia, análoga, é a de que o conceito de *Weltliteratur* (atribuído a Goethe e ao ano de 1827) antecipa uma série de relações modernas daquilo a que poderíamos referir-nos como o espaço da operatividade literária. Todavia, e a despeito da larga aceitação dessas duas ideias, elas parecem dimanar de um período áureo no qual se exauriu (ou cristalizou) um longo debate anterior. É a história desse debate que é contada em *A Instituição da Literatura* por Jorge Bastos da Silva.

A (talvez) expectável cronologia de mais de cem anos de discussão filosófica, institucional, social e política da literatura – no período que corresponde, *grosso modo*, à segunda metade do século XVII e ao século XVIII – é,

no entanto, substituída desde logo por uma articulação tópica dos conteúdos. Há várias maneiras de se contar uma história, e este livro é seguramente um exemplo de que, quer ao nível teórico quer ao nível narrativo, discussões sobre literatura ganham, muitas vezes, em serem articuladas de modo dinâmico. Não se pense, contudo, que uma menor sequencialidade temática afeta a gestão dos conteúdos: pelo contrário, é justamente a minúcia da depuração (que não significa rigidez) concetual que permite as sólidas associações sobre as quais se constituem os argumentos desta obra. Um exemplo, bem notório, é o do Capítulo 2, em que se dá conta da expansão do conceito de «literatura» a ponto de nele se incorporarem fenómenos comunicativos adjacentes – mas nem sempre contíguos – como a ópera e o teatro. Texto e espetáculo cénico, para autores da Restauração e da época augustana como Addison e Pope, possuem uma dignidade análoga tanto nos seus processos de criação como – e mais importante – na produção de uma certa forma de onanismo estético. Em termos tanto ontológicos como fenomenológicos, a ideia de literatura é construída, nesse período, sobre argumentos escorados na virtude, na heroicidade e nas capacidades pedagógicas e estéticas da narrativa. É sugerido, e bem, que ideias relacionadas com a fruição e o prazer são, neste momento particular da história, formas não episódicas mas sistemáticas de reação contra os pre-

ceitos esfíngicos do neoclassicismo. O que não se sugere, mas que tacitamente se adivinha, é que, em tempos de contraformalismo, parece haver uma tendência teórica vincada no sentido de se acolherem num nível hermenêutico análogo quer receituários intencionais, quer instâncias performativas quer, ainda, efeitos de obras de arte sobre pessoas.

Este último ponto é tratado, aliás exhaustivamente, no Capítulo 4, no qual se cartografa a tentativa que autores como Pope e Addison (de novo), Hutcheson, Walsh, Shaftesbury e John Dennis levaram a cabo para constituírem um público culto, civilizado e de bom gosto. Tal construção é edificada sobre duas noções operativas importantes, e de cuja conformação concetual depende não só o conceito ele mesmo de literatura como, em sentido análogo, a ideia de uma «superioridade moral» da arte que floresce sob influências sociais, políticas e institucionais. As noções são as de «wit» e «judgement» e indiciam, prática e filosoficamente, a possibilidade de fundação de uma educação estética amplamente considerada – na antecâmara dos grandes educadores literários dos séculos XIX (como Arnold) e XX (como Leavis e Richards). A textura concetual de noções como «perspicácia» (no sentido de «wit» enquanto capacidade geral de compreender) e como «exercício de um juízo» (baseado em qualidades morais e sociais, no sentido impoluto de «judgement») são,

nos séculos XVII e XVIII, profundamente marcadas por uma espécie de messianismo pedagógico. A ideia é a de que é possível educar o homem coetâneo no sentido de uma urbanidade exemplar por intermédio da arte – e, neste sentido, talvez não tenha havido outro momento semelhante na história do conceito de literatura.

A singularidade da época em causa é, aliás, um dos argumentos centrais desta obra. À boleia de Dryden, Davenant, Nathaniel Lee e Otway (bem como de um exercício exegético minucioso sobre *The Conquest of Granada*, do primeiro, e *The Siege of Rhodes*, do segundo, que se derrama do Capítulo 2 para o Capítulo 3), o autor empresta à época as suas características distintivas. O capítulo 3 ocupa, de resto, uma posição de charneira na obra, escorada num sólido argumento sincrético que resume muitas das posições dos autores chamados à colação. De acordo com Bastos da Silva, existe uma crença muito pronunciada nas virtudes de uma certa heroicidade moderna, que é adaptada a novos princípios pedagógicos e a uma cosmovisão renovada, e cujas potencialidades éticas convergem na ideia (descrita anteriormente) de uma educação estética amplamente considerada. Dryden, por exemplo, parece acreditar que o mérito do espetáculo dramático deve ser avaliado em linha direta com a capacidade que aquele possui para gerar um controle enfático sobre a psicologia coletiva inerente ao público a que se dirige. Trata-se de

uma ideia recorrente, de largo curso e, segundo creio, injustamente inobservada (procede desde a Antiguidade Clássica, em que ao bardo-profeta se exigiam certas qualidades de «dominação» sobre o público, até à sua conformação moderna por I. A. Richards, que acreditava nas capacidades homeostáticas da «linguagem emotiva» da poesia). Neste sentido, e como Bastos da Silva sugere, torna-se nítido que, para muitos pensadores, filósofos e críticos da segunda metade do Século XVII e de todo o Século XVIII, a arte goza de uma espécie de autonomia estética, moral, ética e exemplificativa que lhe permite, entre outras coisas, ter um papel central na educação do homem moderno.

O caso inglês representa, para Bastos da Silva, o terreno mais fértil sobre o qual se constrói a noção moderna de literatura, e onde se firmam as condições da sua legitimação enquanto móbil da educação individual e coletiva. Evidentemente que, para nós, céticos pós-modernos, é difícil acreditar que houve, durante um certo tempo (neste caso, séculos), pessoas que acreditaram substantivamente que era possível ligar certas premissas a certos efeitos – como o de que certa arte é crucial para a educação cívica e moral. Contudo, talvez seja esta a ideia que sustentou o estudo da literatura por mais tempo e, também por isso, se torna importante estudá-la. A época que vai da Restauração até ao período augustano (e que desemboca no pré-Romantismo e no

Romantismo propriamente dito) é uma época fascinante de discussões históricas, críticas, institucionais e políticas acerca do escopo, propriedades e finalidades da literatura, que Jorge Bastos da Silva descreve com uma solidez académica e um escopo bibliográfico notáveis.

A Instituição da Literatura interessará, por isso, a teóricos da literatura (sobretudo no Capítulo 1, uma espécie de proposição quase *camoniana*, e no mais reflexivo Capítulo 5), a filósofos, a historiadores das ideias, a historiadores *tout court* e, de um modo geral, a todos quantos se dedicam a discutir esse monstro aparentemente intratável ao qual chamamos «literatura». F. E. Sparshott escreveu um dia que «todas as instituições e modos de comportamento humanos, entre os quais devemos seguramente contar a literatura, são o que são na medida em que caibam no conjunto dos propósitos humanos». Deste ponto de vista, torna-se subitamente importante saber o que coube aonde numa época em que se discutia literatura muito a sério, e é isto que o livro de Bastos da Silva faz. «A literatura», diz Edward Davenport, «é um relato de acontecimentos em movimento», o que nos diz que, quanto mais soubermos do que a literatura foi, mais saberemos seguramente de para onde ela vai.

Ricardo Namora

**LITERATURA PORTUGUESA
E A CONSTRUÇÃO DO PASSADO
E DO FUTURO**

**HELENA BUESCU E TERESA CRISTINA
CERDEIRA (orgs.)**

Casal de Cambra, Caleidoscópico/

Comissão Nacional

**para as Comemorações do Centenário
da República, 2011**

352 páginas, ISBN 978-989-658101-5

Na era dos «PSI 20», das dívidas soberanas, dos défices e dos mercados financeiros em que 5% da população mundial (pessoas muito sérias a que se convencionou chamar «investidores») especula livremente com a riqueza criada pelos restantes 95%, é muito natural que todos os objetos criados por seres humanos para serem consumidos por outros seres humanos sejam descritos à luz de uma *ratio* de custo/benefício. Nesta era próspera, justa e ideal, ser-nos-á dito que uma coisa de que algumas pessoas se ocupam, e que em tempos se chamou literatura, não serve para absolutamente nada – ou, na melhor das hipóteses, apenas para que alguns «investidores» coloquem, retirem e recolorem no mercado produtos que queiram dizer «lucro». Dentro de uma lógica utilitária desta natureza, é perfeitamente plausível que o conhecimento literário e, por extensão, o lastro epistemológico das humanidades esteja, nos dias que correm, a «negociar em baixa», e tenha deixado de ser um